

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDGARD ROGÉRIO SANTOS GANDIN

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O ÍNDICE DE DÉFICIT
HABITACIONAL NO ESTADO DO PARANA - PERÍODO DE 2010 A
2014.**

CURITIBA

2016

EDGARD ROGÉRIO SANTOS GANDIN

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O ÍNDICE DE DÉFICIT
HABITACIONAL NO ESTADO DO PARANA - PERÍODO DE 2010 A
2014.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Maria Maia.

CURITIBA

2016

“Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isto, facilmente explicamos porque as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo”.

(Celso Furtado)

RESUMO

Com as diversas modificações do cenário econômico mundial, brasileiro e paranaense ao longo dos séculos, surgiu um público carente de moradia, e, o governo como facilitador ao acesso a moradia criou programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, objeto deste estudo. Tem como objetivo compreender de que forma o PMCMV influenciou os índices de déficit habitacional no Estado do Paraná entre 2010 e 2014. O estudo dos programas de habitação como PMCMV é de fundamental importância para diagnosticar se os programas adotados para a problemática da falta de moradia e para implantação de boas políticas de habitação são eficazes, pois os mesmos devem garantir ao indivíduo além do cumprimento do direito de abrigar-se também um padrão mínimo de conforto com saneamento básico, transporte público energia e segurança. Os resultados mostram que o PMCMV em linhas gerais contribuiu para o decréscimo no número do índice de déficit habitacional em 13,59%. Conclui-se que o PMCMV não foi eficaz para a faixa de renda compreendida entre 0 a 3 salários mínimos no período de estudo entre os anos de 2010 a 2014.

Palavras-chave: Habitação; Déficit habitacional, Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

Trough the diverse modifications in the global economic scenario, within the Brazilian and regional area along the centuries, the problem of homeless people aroused substantially, and the Brazilian government as a facilitator of access to housing create housing programs, such as Minha Casa Minha Vida. The objective of this work is to understand in which way the PMCMV influenced the housing deficit ratios in the Paraná state between 2010 and 2014. The study of housing programs such as PMCMV is of priority importance for the diagnosis of efficacy of these lack of housing policies, because these government policies should guarantee to the individual citizen, besides the civil right to housing, at least a minimum level of comfort with basic sanitation, public transport, energy and safety. The results showed that the PMCMV in general contribute for the decrease in the number of the free housing index of 13,59%. It is concluded that the PMCMV was not effective for an income range from 0 to 3 minimum wages in the study period between the years 2010-2014.

Keywords: Housing; Housing shortage, Programa Minha Casa Minha Vida.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento da população do PR entre 1970 e 2010.	16
Gráfico 2 - Déficit habitacional do Paraná.	22
Gráfico 3 - Déficit Habitacional por Componente.	23
Gráfico 4 - Renda (Salário Mínimo) x Déficit Habitacional - Paraná.....	25
Gráfico 5 - Quantidade de unidades habitacionais entregues pelo PMCMV no PR entre 2010 e 2014.	27
Gráfico 6 - Impacto do MCMV sobre o Déficit habitacional.	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento populacional da região Metropolitana de Curitiba.	15
Tabela 2 - Enquadramento.....	19
Tabela 3 - Déficit habitacional total do Paraná.	21
Tabela 4 - Déficit habitacional por componente - Paraná.....	23
Tabela 5 - Classes de Rendimento Domiciliar - Paraná (2010 a 2014).....	24
Tabela 6 - Quantidade de Moradias.	25
Tabela 7 - Tabela comparativa, comparando o total do déficit em relação ao número de imóveis entregues pelo PMCMV.	26

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN	-	Banco Central
BB	-	Banco do Brasil
BCB	-	Banco Central do Brasil
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	-	Banco Nacional de Habitação
CADMUT	-	Cadastro Nacional de Mutuários
CANGO	-	Colônia Agrícola Nacional General Osorio
CEF	-	Caixa Econômica Federal
FJP	-	Fundação João Pinheiro
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRPF	-	Imposto de Renda Pessoa Física
MCMV	-	Minha Casa Minha Vida
PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV	-	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNHR	-	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	-	Programa Nacional de Habitação Urbana
SIACI	-	Sistema Integrado De Administração De Carteiras Imobiliárias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1 OCUPAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	11
2.1.2 Avaliações de Programas Sociais	13
2.1.3 Definição de Eficácia.....	14
2.1.4 Levantamento e Confrontamento dos Dados	14
3 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO	15
3.1 URBANIZAÇÃO	15
3.2 URBANIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ	15
4 DÉFICIT HABITACIONAL	17
4.1 CONCEITO	17
4.1 A METODOLOGIA DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 2011	17
4.2 DÉFICIT HABITACIONAL NO CENSO DE 2010	17
5 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	19
6 ANÁLISE DE DADOS	21
7 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da humanidade o homem busca um lugar seguro e confortável para proteger sua prole das intempéries, ataque de animais e dos inimigos, no início nas cavernas, depois em construções precárias. Mesmo quando eram nômades os humanos agrupavam-se em clãs compostos por elementos de uma mesma família. Com a evolução e a necessidade de ocupação de um espaço que proporcionasse alimentos e condições de sobrevivência, surgem as aldeias e depois as primeiras cidades, as relações econômicas, as moedas de troca.

Na idade antiga e média existem relações de dependência em que, por exemplo, no feudalismo, pessoas trabalhavam para o dono das terras em troca de segurança e poder abrigar-se em volta dos muros dos castelos. No final deste período, com o surgimento das indústrias estas pessoas não são mais úteis e são despejadas partindo em busca de emprego e moradia, porém a maior parte não consegue, agravando o déficit habitacional.

Em linhas gerais, após o processo de industrialização em que as pessoas moravam precariamente em cortiços, em volta das fábricas em que trabalhavam, ocorrem as guerras mundiais, que provocam escassez de recursos e mortandade de uma grande massa jovem. Aliado as diversas crises econômicas e corrupção, os problemas de moradia crescem em todo o mundo e não seria diferente no Brasil.

Não é novidade que no Brasil o déficit habitacional tem, como agravante, problemas da ordem de distribuição de renda, má políticas de educação, saúde e habitação de forma geral. Isso torna a conquista do sonho da casa própria uma realidade morosa e muitas vezes impossível.

Parte da população não possui recursos para aquisição de imóveis e desta forma continuam reféns do aluguel, de moradias em locais impróprios ou coabitação.

“Minha casa, minha vida”, nome do programa social aqui estudado de fato condiz com a busca de todo brasileiro, que é ensinado desde criança a conquistar sua casa própria. Foi uma iniciativa do governo federal de proporcionar, de acordo com as faixas de renda, melhores condições de financiamento para aquisição de imóvel próprio. A premissa do financiamento é

um baixo percentual de entrada e recursos mensais que se enquadrem no orçamento das famílias de baixa renda. Este programa abrange os diversos níveis de governo e oferece instrumentos para intervenção no espaço urbano interagindo com políticas públicas assim como as infraestruturas de saneamento básico, políticas sociais e de meio ambiente.

Para tanto é importante que o empreendimento esteja enquadrado nas normas para aprovação do capital a ser liberado. Para isso é necessário a mediação do Estado, o qual tem papel de estabelecer rumos, diretrizes e também fornecer mecanismos e apoio aos municípios, assim como apoio financeiro às ações sociais.

Existe a necessidade de fiscalizar estas ações para garantir que se cumpram essas responsabilidades e que sua eficácia seja avaliada, perante os objetivos propostos para garantir que favoreçam a população alvo do programa.

O Estado tem um papel importante no que tange a regularização e bom desempenho do programa, a fim de que o recurso de fato seja destinado a quem precisa e, com isso, o público alvo tenha acesso possibilitando a conquista da casa própria.

Para a economia em geral o valor destinado aos pagamentos de alugueis, permite que este recurso possa ser empregado em outras áreas do consumo, fazendo girar o dinheiro no país.

É fato que este programa já atendeu muitas famílias. O objetivo geral do presente estudo é compreender de que forma o PMCMV contribuiu para melhorar os índices do déficit habitacional no Estado do Paraná, entre os anos de 2010 a 2014. Analisar e entender o contexto Paranaense de demanda de moradia, através da bibliografia e comparar os dados do déficit habitacional com os números de unidades entregues pelo programa durante o período estudado.

O presente trabalho valeu-se especialmente da bibliografia relativa ao programa objeto deste estudo, especialmente para traduzir a melhor compreensão dos termos moradia, acesso a moradia e o programa minha casa minha vida. Buscou-se evidenciar a importância do programa para propiciar a famílias que moravam em habitações ou coabitações inseguras e sem recursos como energia e saneamento, bem como melhores condições de vida de acordo

com o previsto na Lei 11.977/2009 e de acordo com o estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Através da bibliografia pertinente foi compreendido o processo de formação da população do estado do Paraná, e os principais motivos que ocasionaram o déficit de moradia.

Para a análise utilizou-se dados das fontes pertinentes para traçar um comparativo entre a quantidade de pessoas que não tinham acesso a uma moradia e a quantidade de famílias atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida. Após a análise dos dados coletados nos institutos de pesquisas como IBGE e IPARDES foi traçado uma tabela comparativa a fim de diagnosticar a eficiência do programa no que concerne a levar melhores condições de vida à população carente de moradia no estado do Paraná.

Dentro da análise comparativa, proposta pelo presente trabalho, referente ao cruzamento dos dados bibliográficos que apontam os números do déficit habitacional versus o número de pessoas atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida, pretende-se identificar os pontos positivos para o desenvolvimento do estado do Paraná decorrentes da implementação deste programa habitacional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 OCUPAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

O povoamento do estado do Paraná ocorreu de forma desordenada e isolada sob um propósito agro econômico de ocupação do espaço de acordo com as fases produtivas. Estas fases não se sobrepuseram; o que ocorre até hoje é que quando da crise de uma se eleva a outra (FAJARDO, 2006).

O início da ocupação acontece pela disputa territorial entre Portugal e Espanha nas Américas entre os séculos XVI e XVII, formando as primeiras vilas Jesuíticas na parte ocidental do estado, compostas também pelos indígenas que se dedicavam a plantação de mandioca, grãos e cultivo da erva mate. A segunda fase foi a mineração que atraiu os Portugueses para o litoral e propiciou o povoamento e surgimento dos primeiros povoados entre os Séculos XVI e XX. O tropeirismo foi a terceira fase e ocasionou o surgimento de vilarejos no trajeto das tropas vindas do Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba, propiciando o surgimento de Palmas, Ponta Grossa e Guarapuava no Século XVIII. O beneficiamento e exportação da Erva Mate, que era cultivada desde o período Jesuítico, através do porto de Antonina, é a quarta fase econômica que tem seu ápice no século XIX. Deste século até as três primeiras décadas do século XX é marcado pela indústria madeireira, exportação da madeira e consumo interno, também o avanço da colonização para região Norte do estado onde se intensifica a cafeicultura que foi a sexta fase, produção predominantemente familiar. A colonização do norte ocorreu em três etapas e foi marcado por conflitos entre colonos e posseiros. Á partir de 1950 ocorre o início da sétima fase onde o oeste, noroeste e sudoeste passam a ser ocupados e inicia-se a cultura dos grãos, também existe a presença de muitos conflitos entre colonos e posseiros, o início da mecanização das terras e produção familiar. Neste período o norte entra em crise e a nova agricultura toma o espaço do café (FAJARDO, 2006).

Em 12 de Maio de 1943 é criado no Sudoeste paranaense a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Ozório) iniciativa do Governo Getúlio Vargas para colonizar as terras das divisas Oeste e Sudoeste do Paraná. Milhares de posseiros oriundos principalmente do Rio Grande do Sul foram

atraídos sob a perspectiva de melhores condições de vida, para colonizar as terras, abrindo picadas, derrubando a mata e cultivando para fornecer gêneros alimentícios aos centros urbanos que já sentiam com sua escassez, porém para estes agricultores não era fornecido nenhum documento de posse da terra por eles ocupada. Os colonos também eram responsáveis por construir suas próprias moradias. No ano de 1953 a lei permitiu que quem comprovasse moradia efetiva e produção, reivindicasse posse de suas terras; contudo quem não o fez, teve sua terra caracterizada como devoluta. Com o final do colonato e agricultura de subsistência passou-se a cobrar aluguel da moradia propiciando piores condições de vida ao agricultor que então passou a viver apenas do salário do proprietário da terra não podendo mais cultivar seus gêneros alimentícios (HISTÓRIA DO PARANÁ, 2012).

Entre a Guerra do Paraguai e a Guerra do Contestado o Paraná viveu um período de estagnação econômica. Já entre os anos de 1980 e 1990 ocorre uma desestabilização das condições rurais, a mecanização das lavouras, e uma grande parcela da população migra para as cidades em busca de melhores condições de trabalho e renda. (FAJARDO, 2006).

No *ranking* da industrialização nacional o Paraná teve poucos avanços significativos verificados até o século XIX, porém de 1939 a 1959 despontou sua participação nas indústrias de bens de consumo duráveis. A industrialização a partir de 1960 passou a ter incentivos do governo federal, surge o plano de metas aprovado no governo de Juscelino Kubistchek. Neste período até 1985 a indústria no Paraná ganha participação no cenário industrial brasileiro nos setores alimentício, mobiliário e bens duráveis. (FAJARDO, 2006).

Em 1999 o Paraná já abrigava a New Holland e a Volvo e a partir daí novas montadoras se instalaram no Município de Curitiba e na região metropolitana, atraindo mão de obra e outras empresas fornecedoras de serviços e componentes. (FAJARDO, 2006).

Com a evolução e para atender as necessidades das pessoas, surgem olarias, tecelagens até indústrias que, em conjunto com estas, surgem as vilas (casebres e cortiços) que abrigam a mão de obra que vem atraída pelo emprego e renda. Porém estas aglomerações ocorrem de forma desordenada e muitas vezes quando a mão de obra é demitida e não tem renda para

sobreviver acabam existindo relações de coabitação, onde quem tem renda abriga e alimenta quem não tem, e desta maneira surge a carência de moradia. (CARTA DE ATENAS, 1933).

2.1.2 Avaliações de Programas Sociais

O objetivo principal da avaliação de programas se dá em gerar informações, que sejam relevantes e que ajudem na tomada de decisões, tanto para programas já existentes, como no desenvolvimento de futuros (CHIANCA, MARIANO e SCHINESARI, 2001).

A avaliação formativa tem como objetivo prover informações essenciais sobre um determinado programa para que os gestores possam introduzir mudanças a fim de melhorá-lo ainda em processo de implementação (CHIANCA, 2001).

Projetos públicos surgem através de planos globais e setoriais, já na iniciativa privada o processo é mais simples dado que é baseado em estímulos financeiros, fiscais e cambiais. Os projetos públicos têm como objetivos fornecer bens e serviços que possam aumentar o bem estar da sociedade, visando beneficiar toda a população, enquanto o privado visa o lucro, e os maiores beneficiários são os próprios empresários (CHIANCA, 2001).

No Brasil não é comum encontrar no setor público sistemas de monitoramento que permitam acompanhar os indicadores, seja da ação governamental para a alocação do gasto público, ou ao impacto junto aos beneficiários. Muitas pesquisas de avaliações, mesmo as que apresentam preocupações com a eficácia e efetividade do gasto público, acabam por apresentar resultados negativos. Essas dificuldades no monitoramento dos programas acontecem devido à falta de conhecimento, pois seguem um modelo padronizado, sem que seja feita uma análise do grau de avaliabilidade dos programas, e sem ter a compreensão das atividades dos processos da gestão de programa (IPEA, 2016).

Não adianta a avaliação ser viável política e economicamente, ser ética ou precisa em suas mediações, se os resultados da avaliação não forem efetivamente relevantes para as pessoas envolvidas no programa. (CHIANCA, MARINO, SCHIESARI, 2001).

Os métodos qualitativos permitem ao avaliador estudar questões específicas e detalhes em profundidade, e os métodos quantitativos usam de instrumentos padronizados para que as opiniões das pessoas sejam classificadas por categorias preestabelecidas e um número seja atribuído em cada resposta. (CHIACA, MARINO, SCHIESARI, 2001).

2.1.3 Definição de Eficácia

A eficácia significa atingir objetivos e resultados, quando um trabalho é proveitoso e bem sucedido (CHIAVENATO, 2003).

Existem dois pontos-chaves a serem verificados na avaliação de um programa social, são eles a eficácia e a eficiência. O primeiro é atendido quando a alocação dos recursos se ajusta aos objetivos governamentais, e o segundo quando os recursos alocados aos programas são usados com racionalidade (REZENDE, 2006).

Um programa torna-se eficaz quando atinge os objetivos estabelecidos, mas não adianta ele ser eficaz e não ser eficiente, pois mesmo que o primeiro tenha sido cumprido, pode ser que os seus custos operacionais não sejam reduzidos eficientemente. Caso isso aconteça é necessário que seja feita a correção dos possíveis erros encontrados na avaliação (REZENDE, 2006).

2.1.4 Levantamento e Confrontamento dos Dados

O levantamento de dados é importante para que se tenha mais de uma fonte de informação dos métodos de coleta de dados. Nenhuma avaliação é reconhecida como confiável e séria, sem antes desenvolver uma base sólida de evidências, e estas se dão através dos métodos qualitativos e quantitativos (CHIACA, MARINO, SCHIESARI, 2001).

O principal objetivo do PMCMV é tornar moradias acessíveis para as famílias, organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, cujo critério seletivo seja as famílias de renda familiar mensal bruta de até 1.800 reais. Esta forma de cooperativismo e participação da população como protagonistas na solução de seus problemas habitacionais (MANENTI, 2012).

3 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO

3.1 URBANIZAÇÃO

A partir da década de 50 houve um crescimento da população mundial, dado o aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de mortalidade. Este crescimento gerou uma pressão sobre os recursos naturais e o aumento das taxas de migração das zonas rurais para zonas urbanas, o que por sua vez leva a problemas sociais, como a falta de moradia até a criação de favelas (OLIVEIRA, 2003).

A urbanização não planejada tem consequências negativas para toda a população que são: baixa qualidade de vida, falta de saneamento básico e aglomeração desordenada. As classes mais pobres são as mais afetadas, e é dever do Estado criar e programar políticas públicas a fim de reduzir ou eliminar os problemas sociais (OLIVEIRA, 2003).

3.2 URBANIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná sofreu mudanças em suas características demográficas, passando de rural a urbano em poucos anos. Na década de 70 havia cerca de 36,1% da população residindo em meio urbano, na década de 80 o estado passou a possuir característica urbana dado que cerca de 58,6% da população estava nas cidades. No censo de 1991 cerca de 73,4% da densidade demográfica estava concentrada na zona urbana e já em 2000 este número subiu para 81,4% (OLIVEIRA, 2003).

Tabela 1 - Crescimento populacional da região Metropolitana de Curitiba.

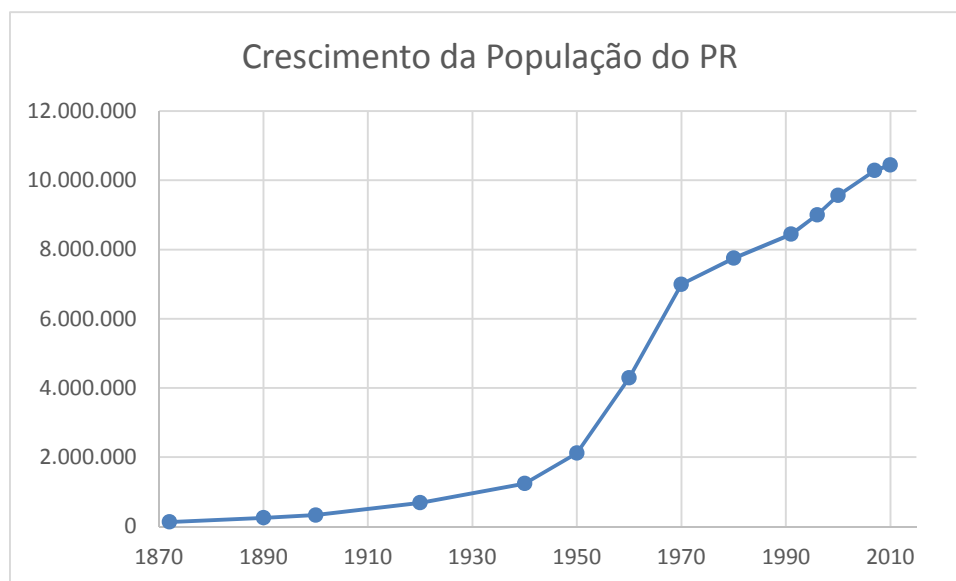
Crescimento populacional da Região Metropolitana de Curitiba				
Ano	1950	1960	1970	1980
População em porcentagem em relação a população no Estado do Paraná	15,00%	12,00%	11,00%	18,00%

FONTE: IBGE, 2016.

Após a década de 70 o Paraná sofreu a ação de um planejamento imposto pelo governo federal, através dos planos nacionais de

desenvolvimento, devido à necessidade de adequações as grandes mudanças impostas pelo crescente processo de industrialização, pelo qual o Estado passava. A tendência era alterar o perfil econômico, cujas bases eram a agricultura, para um perfil mais atraente à industrialização, inclusive com regalias fiscais e financeiras para as multinacionais que aqui quisessem firmar-se. Este período teve como marco a criação da Cidade Industrial de Curitiba e um acréscimo na população que, de 1970 a 1980, passou de 600 mil habitantes para aproximadamente 1 milhão de habitantes. (AUGUSTO, 1978).

Gráfico 1 - Crescimento da população do PR entre 1970 e 2010.



FONTE: IBGE, 2016.

A partir da década de 80 com a implantação das multinacionais na região metropolitana de Curitiba, inicia-se um crescente aumento do número de habitantes em torno das fábricas, composto principalmente por pessoas que vieram de diversos lugares, como do interior do estado para trabalhar nas linhas de produção, tendo em vista que após a década de 70 inicia-se um processo intenso de mecanização das lavouras e a mão de obra excedente das regiões agrícolas precisa trabalhar. Estas informações podem ser corroboradas pelos dados apresentados no gráfico 1 (LIMA, 2000).

4 DÉFICIT HABITACIONAL

4.1 CONCEITO

O déficit habitacional é um indicador que possibilita a verificação e a criação de programas sociais pelo gestor público voltados a habitação. Através dos dados das esferas federal, estadual e municipal, é possível estimar as demandas específicas de cada região, facilitando o correto dimensionamento de programas habitacionais (LIMA, 2013).

A Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério das Cidades são os construtores do conceito de déficit habitacional. Sua atuação iniciou-se a partir da década de 90 e a metodologia é baseada em dados secundários do PNAD. A metodologia da FJP é atualizada e revisada com base nos dados do PNAD, que leva em consideração a falta de moradias e a inadequação habitacional (LIMA, 2013).

4.1 A METODOLOGIA DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 2011

A Metodologia da FJP do ano de 2011 é baseada em dois indicadores, a reposição do estoque de moradias e o incremento do estoque. O primeiro indicador considera as moradias que precisam de reposição em virtude da depreciação do bem ou precariedade. O segundo indicador considera a necessidade da construção de novas moradias dado pelo aumento da demanda, que pode ser gerado por três componentes: coabitação forçada, que acontece onde convivem duas famílias ou mais, porém por indisposição financeira são forçadas a permanecer na residência; famílias que habitam imóveis locados cujo o custo é superior a 30% da renda; e o adensamento excessivo em imóveis locados, ou seja, aquele que possui mais de três habitantes por cômodo (LIMA, 2013).

4.2 DÉFICIT HABITACIONAL NO CENSO DE 2010

A Metodologia da FJP não pode ser aplicada diretamente ao censo de 2010, uma vez que no questionário não consta a pergunta, da intenção de se mudar para famílias que coabitam. Tendo em vista que os dados relativos à conviventes com intenção de se mudar não estava disponível, o próprio

componente coabitação e o déficit habitacional precisou ser estimado (LIMA, 2013).

O cálculo do déficit habitacional foi calculado a partir dos componentes, precariedade, ônus excessivo de aluguel e adensamento excessivo. Caso haja a presença de um ou mais componentes confirma-se o déficit habitacional (LIMA, 2013).

5 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O programa do governo federal aqui analisado foi lançado em março de 2009, criado pela Medida Provisória 459 e, posteriormente, convertido na Lei 11.977/2009. O objetivo é ofertar moradias para a população de baixa renda. O programa, que se tornou predominante na oferta de moradias, conhecido como Minha Casa Minha Vida (MCMV), é operado pelo banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (NETO, KRAUSE e FURTADO, 2014).

O programa é dividido em faixas de renda: em valores de 2016 a faixa 1 é destinada à população com renda mensal bruta de até 1800 reais e pode ser custeados pelo programa em até 90% do valor do imóvel sem taxa de juros do financiamento; a faixa 1,5 é destinado à população com renda mensal bruta de até 2.350 reais: esta faixa oferece subsídios de até 45 mil reais para imóveis de no máximo 135 mil reais e a taxa de juros anual é de 5%; a faixa 2 é destinado à população com renda mensal bruta de 2.351 à 3.600 reais; o valor do subsídio é disponibilizado pelo banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal e a taxa de juros é de 7% ao ano; faixa 3 é destinados à população com renda mensal bruta entre 3600 e 6.500 reais, está faixa de renda acessa o programa através dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, com taxa de juros de 8,16% ao ano (MINHA CASA MINHA VIDA, 2016).

Tabela 2 - Enquadramento.

PMCMV - Enquadramento			
Faixa de renda	Renda mensal Bruta R\$	Subsídios do Programa	Taxa de juros anual %
1	até R\$ 1.800,00	Até 90% do valor do imóvel	0,00%
1,5	R\$ 1.801,00 á R\$ 2.350,00	Até 45 mil para imóveis de no máximo 135 mil	5,00%
2	R\$ 2.351,00 á R\$ 3.600,00	O valor do subsídio é disponibilizado pelo BB ou CEF	7,00%
3	R\$ 3.601,00 á R\$ 6.500,00	-	8,16%

FONTE: CAIXA, 2016.

De acordo com a Lei 12.424 de 16 de junho de 2011 o programa é assim definido:

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas:

- I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e
- II - o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Não fazem parte do público alvo do PMCMV pessoas que possuem ou tem financiamento de imóveis, tenham recebido outro benefício do programa habitacional do governo federal, estejam cadastrados no sistema integrado de administração de carteiras imobiliárias SIACI e/ou no cadastro nacional de mutuários CADMUT, ou ainda tenham débito com o Governo Federal (MINHA CASA MINHA VIDA, 2016).

6 ANÁLISE DE DADOS

Primeiramente é importante salientar que a metodologia do cálculo de déficit habitacional utilizado oficialmente, é o da Fundação João Pinheiro (FJP) desde 1995. A metodologia utiliza-se de dados confiáveis produzidos pelo IBGE, que por sua vez são provenientes das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios (PNAD). Através da análise dos dados é possível criar cenários de forma interativa, tanto em relação aos aspectos específicos quanto dos gerais que apresentam fortes ligações com a habitação.

O período escolhido para análise é de 2010 até 2014. Conforme os dados a seguir.

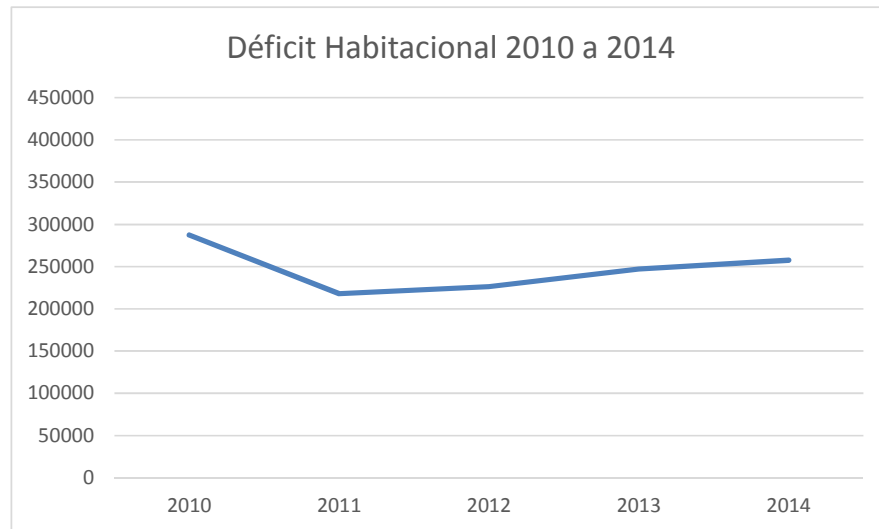
A tabela 3 apresenta o Déficit habitacional total e relativo ao total de domicílios particulares permanentes no Estado do Paraná para períodos de 2010 a 2014.

Segundo a FJP o déficit habitacional para o Estado do Paraná no ano de 2010 é de 8,7%, 2011 é de 6,1%, 2012 é de 6,2%, 2013 é de 6,6% e 2014 é de 6,7%. Dados estes obtidos através de um cálculo utilizando os dados da Tabela 3 (déficit habitacional total), e da Tabela 6 (Quantidade de moradias), onde o número de déficit habitacional foi dividido pela quantidade de moradias para se obter as porcentagens relativas a cada período, e para melhor compreensão pode-se analisar o gráfico 2 (Déficit Habitacional 2010 a 2014). Na transição do primeiro período para o segundo período houve uma queda mais acentuada do déficit habitacional, enquanto manteve-se estável em outros períodos.

Tabela 3 - Déficit habitacional total do Paraná.

Ano	Déficit Habitacional Total - Paraná			
	Absoluto			Relativo a Quantidade de Moradias %
	Total	Urbano	Rural	Total
2010	287466	253589	33877	8,70
2011	218035	200617	17418	6,10
2012	226336	203389	22947	6,20
2013	247093	235967	11126	6,60
2014	257531	245515	12016	6,70

FONTE: IBGE, 2016.

Gráfico 2 - Déficit habitacional do Paraná.

FONTE: IBGE, 2016.

A tabela 3 apresenta o Déficit habitacional por componente, percentual e composição do déficit habitacional por componente segundo o Estado do Paraná no período de 2010 a 2014.

De acordo com o Gráfico 3 pode-se observar em relação ao componente imóveis precários (domicílios improvisados ou rústicos) que no período todo houve um decréscimo de 11,47% , com base neste dados pode-se dizer que esta parcela da população passou a ter melhores condições de vida, pois juntamente com uma moradia adequada, segura, com água tratada e coleta de esgoto há um bem estar social que contribui de forma positiva para o ego do indivíduo que passa a desenvolver outras expectativas de vida e este fator emocional tem como consequência a diminuição da marginalidade, violência doméstica e baixa autoestima, que contribuía para um acomodamento social.

Com relação à coabitação, em que os dados apontam que diminuiu em 9,27%, pode-se dizer que famílias passaram a ter sua própria casa ou morar em imóveis locados, se estas pessoas migraram para imóveis locados, então há uma relação com o ônus excessivo do aluguel, que aumentou em 20,85% no período. A relação que existe entre a diminuição da coabitação com a desprecarização do imóvel está ligada ao fato de que: se menos pessoas residem sob um mesmo teto, então a deterioração deste imóvel é menor e as condições de habitação dele se tornam melhores.

Com um decréscimo de 0,21% o componente adensamento (quando mais de 3 indivíduos dividem o mesmo cômodo) contribuiu para uma menor deterioração do imóvel e melhores condições de vida para quem o habita.

No período observado houve uma redução no déficit habitacional de 10,41% decorrente de diversos fatores, o que exige uma avaliação do déficit habitacional por componente, analisando a oscilação destes na participação no índice total.

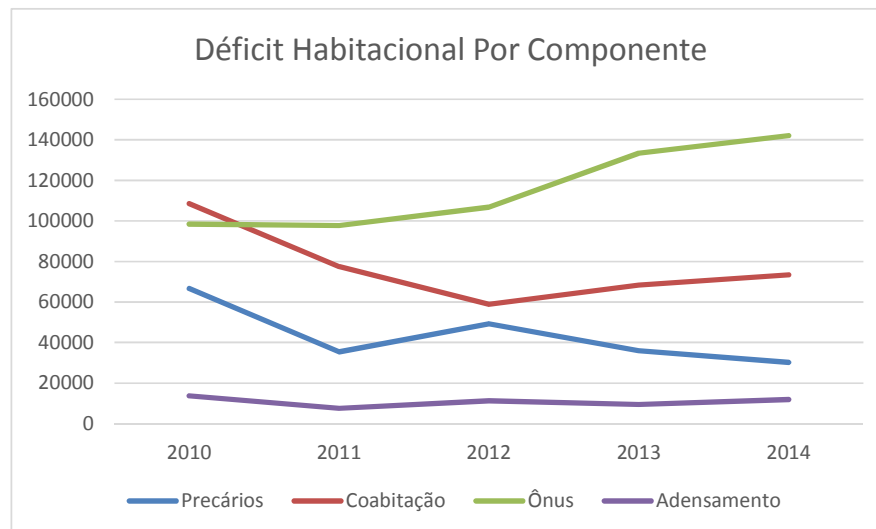
Como apresentado no Gráfico, o componente que mais oscilou no déficit habitacional foi o ônus excessivo de aluguel o que pode ser explicado pelo aumento da participação do custo do aluguel nas rendas das famílias.

Tabela 4 - Déficit habitacional por componente - Paraná.

Ano	Déficit Habitacional Por Componente - Paraná							
	Absoluto				Relativo %			
	Precários	Coabitação	Ônus	Adensamento	Precários	Coabitação	Ônus	Adensamento
2010	66677	108583	98470	13736	23,20	37,80	34,30	4,80
2011	35442	77438	97653	7502	16,26	35,52	44,79	3,44
2012	49338	58895	106844	11259	21,80	26,02	47,21	4,97
2013	36035	68359	133350	9349	14,58	27,67	53,97	3,78
2014	30217	73462	142031	11821	11,73	28,53	55,15	4,59

FONTE: IBGE, 2016.

Gráfico 3 - Déficit Habitacional por Componente.



FONTE: IBGE, 2016.

A tabela 5 (Renda Salário mínimo x Déficit Habitacional - PR) mostra a composição do déficit habitacional urbano por classe de rendimento domiciliar no Estado do Paraná. A distribuição do déficit habitacional em relação ao rendimento é um importante indicador para políticas públicas. Nesta tabela foram utilizadas quatro classes de rendimentos.

Como pode ser observado no gráfico 5, para todas as faixas de renda nota-se um déficit habitacional. Na primeira faixa de renda compreendidas entre 0 a 3

salários mínimos houve uma variação no período, notou-se uma piora de 14,04%, sendo esta a faixa de renda mais carente de habitação de qualidade. Nesta faixa de renda é concentrada a maior parcela de déficit habitacional, desta maneira é possível afirmar que o programa não foi eficaz, visto que não atingiu o público alvo. Na faixa de renda compreendida entre 3 a 5 salários mínimos a oscilação foi menor, o resultado foi de 2,5% na redução do déficit, talvez não precisasse do Minha Casa Minha Vida para conquistar seu imóvel, já que teria condições de utilizar outros tipos de financiamento. Na faixa de 5 a 10 salários mínimos nota-se uma oscilação mais acentuada totalizando um avanço de 6,4% e para a última faixa de renda é superior a 10 salários mínimos houve um avanço de 5,2%, apesar destes dados demonstrarem um resultado positivo na aquisição de imóveis é notório que o público enquadrado nestas duas faixas de renda pode ter adquirido seus imóveis através de qualquer outro tipo de financiamento.

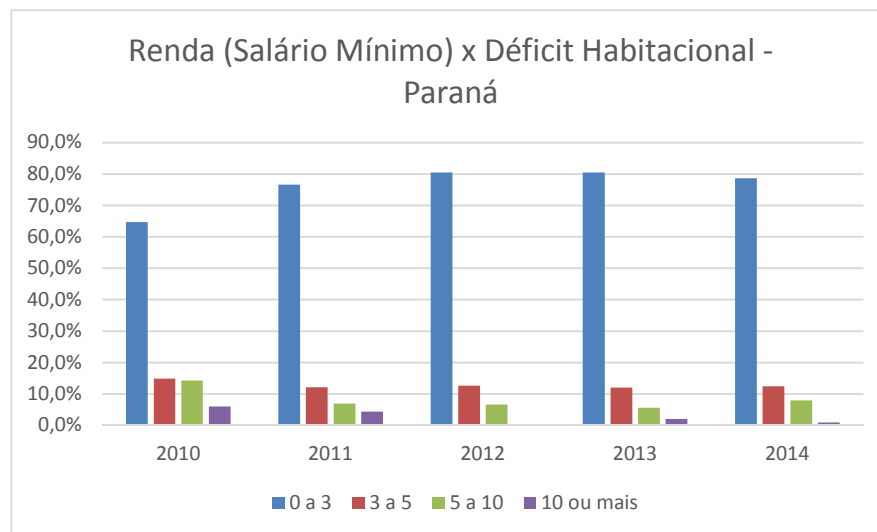
É importante salientar ainda, que no período objeto do presente estudo houve um aumento da população, este dado afeta os índices, tanto de déficit habitacional quanto o impacto do programa por se tratar de valores percentuais e não absolutos.

De acordo com a Tabela abaixo é possível identificar que: para a faixa de renda compreendida entre 5 e 10 salários mínimos houve um avanço superior as outras faixas de renda; já para a ultima faixa de renda o avanço, excluindo-se os dois primeiros períodos, observa-se baixa oscilação.

Tabela 5 - Classes de Rendimento Domiciliar - Paraná (2010 a 2014)

Ano	Renda (Salário Mínimo) x Déficit Habitacional - Paraná				
	0 a 3	3 a 5	5 a 10	10 ou mais	Total
2010	64,70	14,90	14,30	6,10	100,00
2011	76,60	12,10	6,90	4,40	100,00
2012	80,40	12,60	6,60	0,40	100,00
2013	80,40	12,00	5,60	2,10	100,00
2014	78,70	12,40	7,90	0,90	100,00

FONTE: IBGE, 2016.

Gráfico 4 - Renda (Salário Mínimo) x Déficit Habitacional - Paraná.

FONTE: IBGE, 2016.

A tabela 6 (Quantidade de moradias – PR) apresenta os números absolutos de moradias compreendidos no intervalo de 2010 a 2014, período este objeto do presente estudo.

Através da análise dos dados compilados na Tabela 6 é possível afirmar que, houve um acréscimo no número de moradias no período de 2010 a 2014 de 14,04%, e, que o índice de déficit habitacional reduziu em 10,41%.

A partir de 2010 nota-se no cenário nacional um crescimento imobiliário, marcado pela grande busca de imóveis e pela grande oferta de mercado, muitas construtoras investiram em novos projetos, e uma parcela da população sentiu-se confiante em investir em imóveis. Como supracitado o aumento de moradias foi de 14,04% contra uma redução de 10,41% do déficit habitacional, isto pode ser explicado parte por um aumento da população e parte por investidores terem adquirido imóveis.

Tabela 6 - Quantidade de Moradias.

Quantidade de Moradias - Paraná	
Ano	Residências Totais
2010	3.304.207
2011	3.574.344
2012	3.650.581
2013	3.743.833
2014	3.843.746

FONTE: IBGE, 2016.

A tabela 7 apresenta o déficit total observado no período, a quantidade de moradias entregues pelo PMCMV e o total de déficit habitacional. Levando em

consideração que: pessoas que usufruem do direito de utilizar o programa são pessoas que não possuem imóvel próprio no Estado, partindo deste entendimento conclui-se que ao somar o número de beneficiários ao número do déficit total, estima-se qual seria o déficit absoluto do período. O impacto do PMCMV sobre o déficit habitacional foi, calculado multiplicando o valor referente às moradias entregues pelo MCMV por 100 e dividindo o resultado pelo valor referente ao total de déficit habitacional sem o MCMV.

O Gráfico 3 apresenta a evolução das moradias entregues pelo PMCMV no período de 2010 a 2014. Houve um aumento no número absoluto de moradias entregues no período. Em 2010 foram entregues 27.242,00 moradias, em 2011 33.890,00, em 2012 34.640,00, em 2013 48.041,00 e em 2014 50.585,00, no final do período de quatro anos 194.398,00 famílias passaram a ter um imóvel próprio, utilizando o PMCMV.

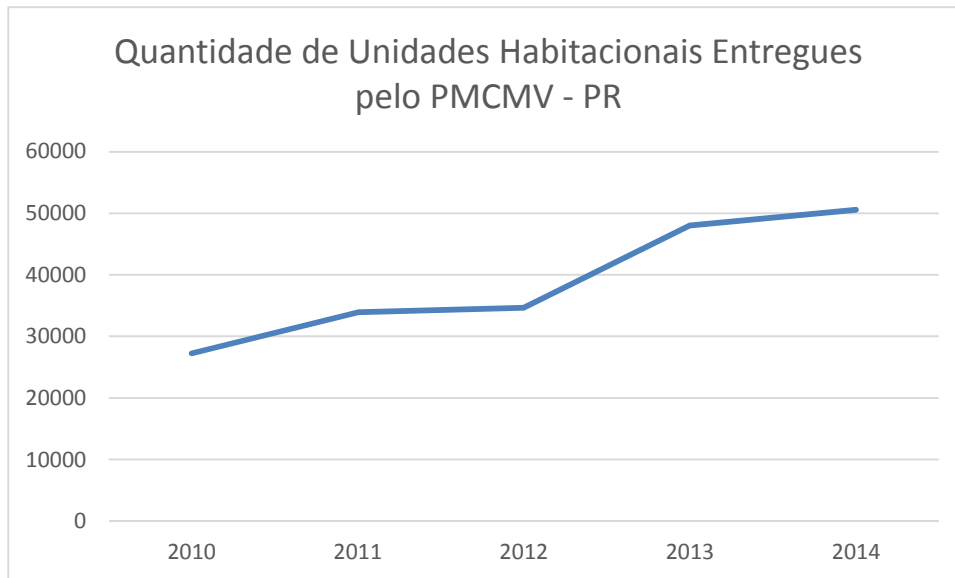
O PMCMV mostrou-se tímido na redução dos índices de déficit habitacional apesar de que no período estudado observou-se um aumento no impacto da redução do déficit habitacional, como já mencionado anteriormente o impacto sobre o público alvo do programa insatisfatório.

Tabela 7 - Tabela comparativa, comparando o total do déficit em relação ao número de imóveis entregues pelo PMCMV.

Tabela Comparativa					
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014
Déficit Total	287466	218035	226336	247093	257531
Moradias Entregues pelo MCMV	27242	33890	34640	48041	50585
Total de Déficit sem MCMV	314708	251925	260976	295134	308116
Impacto do MCMV sobre o Déficit	8,66%	13,45%	13,27%	16,28%	16,42%

FONTE: IBGE/PORTAL BRASILEIRO, 2016.

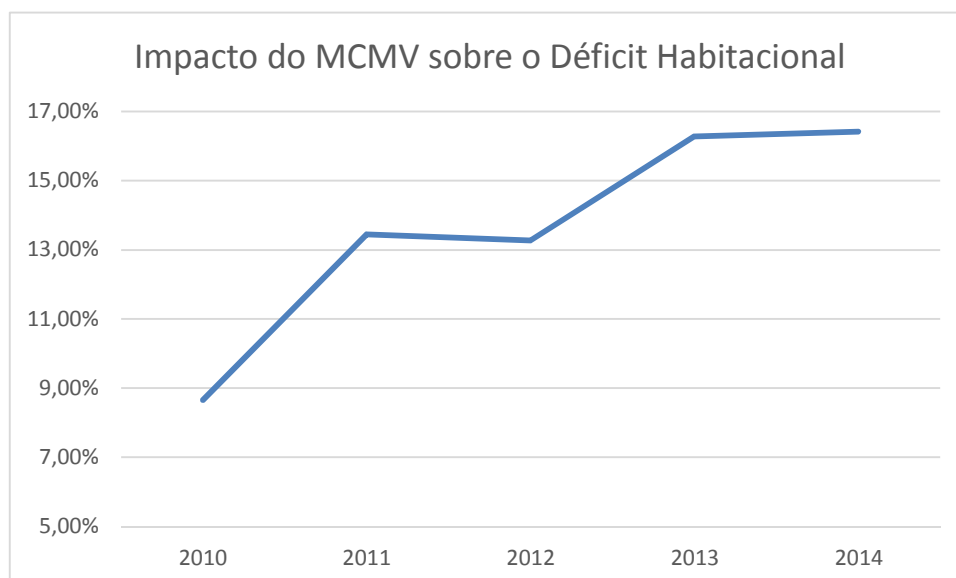
Gráfico 5 - Quantidade de unidades habitacionais entregues pelo PMCMV no PR entre 2010 e 2014.



FONTE: PORTAL BRASILEIRO, 2016.

O Gráfico 4 elucida o avanço da participação do PMCMV sobre o impacto do déficit habitacional Paranaense para o período de 2010 a 2014. Em 2010 é observado que o PMCMV contribuiu em 8,66% com um crescimento para 2011 de 4,80% sendo o maior avanço no período observado, já para 2012 o impacto foi de 13,27%, em 2013 houve um avanço de 3,00%, em 2014 é observado um impacto de 16,42% sendo 0,14% maior em relação ao período anterior.

Gráfico 6 - Impacto do MCMV sobre o Déficit habitacional.



FONTE: IBGE/PORTAL BRASILEIRO, 2016.

7 CONCLUSÃO

Dada a problemática do déficit habitacional no Estado do Paraná, o objetivo do presente trabalho foi analisar e compreender de que forma o Programa Minha Casa Minha Vida interferiu nos índices de déficit habitacional, entender a demanda por moradia e comparar os índices de déficit habitacional em relação aos números de moradias entregues pelo programa no período compreendido entre 2010 e 2014.

Para embasar os estudos sobre o PMCMV utilizou-se dados dos portais de transparência do governo federal e estadual, assim como do IBGE e IPEA e FJP. Estas informações devidamente organizadas permitiram fazer uma análise temporal da atuação dos órgãos envolvidos para então extrair os resultados e alcançar o objetivo proposto.

No desenvolvimento do presente trabalho o obstáculo encontrado foi a falta de informações específicas do programa como dados de moradias entregues por faixa de renda.

Com base nos dados levantados através da bibliografia, concluiu-se que o PMCMV mostrou resultados insatisfatórios em relação ao seu público alvo, famílias que tem renda mensal entre 0 e 3 salários mínimos. No período estudado constatou-se que apesar de haver um aumento no número de moradias o déficit habitacional não foi reduzido na mesma proporção. Grande parte do incremento no número de moradias no Estado foi pela aquisição por parte dos investidores, o que por sua vez pode explicar o crescimento da participação do déficit habitacional pelo componente ônus excessivo com aluguel.

O presente estudo, portanto, indica necessário aperfeiçoamento a ser utilizado como ferramenta para a análise, o dimensionamento e implementação de novas diretrizes para os programas habitacionais, com intuito de sanar/minimizar os problemas com habitação no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena O. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR. São Paulo: Símbolo, 1978.

BRASIL. Portal do Governo. **Sistema único de assistência social**. São Paulo, 2011. Disponível em: www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br. Acesso em: 28 junho 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha casa minha vida**. Disponível em: www1.caixa.gov.br. Acesso em: 30 junho 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Vantagens do programa minha casa minha vida**. Disponível em: www.feiraodacaixa2016.com.br. Acesso em: 29 junho 2016.

CARTA DE ATENAS, IPHAN. Disponível em: portal.iphan.gov.br. Acessado em: Julho de 2016.

CHIANCA, T.; MARINO, E.; SCHIESARI, L. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. São Paulo: Global, 2001.

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração. Uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CGU - Controladoria Geral da União, disponível em: www.consultaesic.cgu.gov.br. Acessado em Outubro de 2016.

FAJARDO, Sérgio. O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural. Guarapuava, Paraná, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Déficit Habitacional no Brasil, Referência 2010. Disponível em: www.fjp.mg.gov.br. Acessado em Outubro de 2016.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Através do link: brasilemsintese.ibge.gov.br. Acesso em 20 de Agosto de 2016.

IBGE. Para que servem os censos. Disponível em: memoria.ibge.gov.br. Acesso em: 28 junho 2016.

IPEA. **Avaliações de programas sociais no Brasil**. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 30 junho 2016.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde fica a política habitacional? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 2013.

LIMA, C. de A. Ocupação urbana em áreas de mananciais e os desafios ao planejamento urbano. Curitiba, 2000. Exame de Qualificação (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR.

LIMA NETO, Vicente Correia; FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro. Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012). 2013.

MANENTI, LEANDRO DE SOUZA, **Avaliação da eficácia do Programa Minha Casa Minha Vida no Município da Fazenda Rio Grande**, UFPR, 2012.

MINHA CASA MINHA VIDA, Portal do Governo Federal. Através do Link: www.minhacasaminhavid.gov.br. Acessado em Agosto de 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira**. Disponível em: www.fazenda.gov.br. Acesso em: 29 junho 2016.

NETO, Vicente de Lima; KRAUSE, Cleandro; FURTADO, Bernardo Alves. O Déficit habitacional intramitropolitano e a localização de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: Mensurando possibilidades de atendimento. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil, uma análise de seus impactos regionais, 2 edição. IPEA. Rio de Janeiro 2014.

OLIVEIRA, Anderson. Políticas públicas, urbanização e desenvolvimento regional endógeno—caso do Paraná. 2003.

PORTAL BRASILEIRO de dados abertos. Indicadores Sobre o Minha Casa Minha Vida. Disponível em: dados.gov.br. Acesso em 26 de Agosto de 2016.

PRIORI, Angelo. História do Paraná : séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

RESENDE, G. M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil. Uma análise de seus impactos regionais**. v. 2. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

REZENDE, F. A. S. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo:Atlas, 2006.